

O sujeito pós-moderno no debate cultural contemporâneo

Sandra Mara Maciel-Lima

Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Brasil. Email: sandralima@ufpr.br

José Edmilson de Souza-Lima

FAE Centro Universitário Franciscano do Paraná, Curitiba, Brasil. Email: edmilson@fae.edu

Resumo: O objetivo do presente artigo é identificar alguns elementos constituintes e constitutivos do sujeito pós-moderno para tentar responder a seguinte questão: quem é esse sujeito pós-moderno? Para tanto, recorre-se a diversas matrizes teóricas buscando-se elementos constitutivos e constituintes desse novo sujeito. Por meio de um quadro analítico, conclui-se que esse sujeito parece estar atento a uma noção não-linear de progresso; emerge da interação social; incorpora valores reconhecidos pela sociedade e se mantém atualizado nos padrões de conduta necessários para ser reconhecido pelo “outro”. Esse sujeito fronteiriço, portanto, emerge em um contexto que privilegia a autonomia do discurso, no qual desenvolvem-se novas matrizes culturais baseadas em uma epistemologia da alteridade, promovendo uma radicalização da subjetividade.

Palavras-chave: modernidade, pós-modernidade, subjetividade, sujeito pós-moderno, estudos culturais.

El sujeto posmoderno en el debate cultural contemporáneo

Resumen: El objetivo de este trabajo es identificar algunos componentes y constituyentes del sujeto posmoderno para tratar de responder la siguiente pregunta: ¿quién es este hombre posmoderno? Para ello, se recurre a diversos marcos teóricos que buscan elementos constitutivos y constituyentes de este nuevo sujeto. A través de un marco analítico se concluye que este sujeto parece estar atento a una noción no-lineal del progreso, la que emerge de la interacción social, incorpora los valores reconocidos por la sociedad y se mantiene actualizada sobre las normas de conducta necesarias para ser reconocidos por “otros”. Este tipo de frontera, por lo tanto, surge en un contexto que hace hincapié en la autonomía del discurso en el que se desarrollan nuevas matrices culturales basadas en una epistemología de la alteridad, promoviendo una radicalización de la subjetividad.

Palabras clave: modernidad, posmodernidad, subjetividad, sujeto posmoderno, estudios culturales.

The postmodern subject in contemporary cultural debate

Abstract: The purpose of this article is to identify some constituent elements of the postmodern subject in trying to answer the following: who is this postmodern subject? For that, diverse theoretical matrices are revised in search for constituent

elements of this new subject. By means of an analytical frame, one concludes that this subject seems to be related to a complex notion of progress; that emerges of social interaction; incorporates recognized social values and keeps updated on the standards of behavior necessary to be recognized by “others”. This kind of border, therefore, emerges in a context that privileges the autonomy of speech, in which new cultural frames emerge based on an epistemology of the otherness, promoting a radicalization of subjectivity.

Key words: modernity; postmodernity; subjectivity; postmodern subject; cultural studies.

* * *

Introdução

O tema da pós-modernidade está em evidência nos estudos culturais. Se alguns autores entendem essa fase como uma ruptura com o moderno, outros afirmam ser uma transformação desse moderno, uma contestação. São discussões que revelam a complexidade do estudo cultural, pois essa transformação tem gerado novas formas estéticas na arte, na literatura, na dança, no teatro, na arquitetura, no cinema etc.

Nas formulações de Huyssen (1992), apesar do pós-moderno estar longe de tornar o moderno obsoleto, oferece-lhe novas interpretações, apropria-se de muitas de suas estratégias, idéias e conceitos, inserindo-os e fazendo-os operar em novas perspectivas. Movimentos feministas, ecológicos e raciais trouxeram à tona questões políticas, sociais e culturais que, se antes estavam à margem das discussões, no contexto atual, são objetos de investigação crítica.

O contexto atual parece ser de uma nova sensibilidade cultural que vem afetar toda a sua história e, nesse sentido, Hall (2003) relata que para fazer com que os estudos culturais inserissem na sua agenda as questões críticas de raça, gênero, sexualidade e etnicidade, questões críticas da política cultural, foi necessária uma considerável luta teórica. Esses movimentos provocaram momentos singulares, marcados por avanços teóricos nos quais foi possível, por exemplo, pensar questões da cultura por meio de metáforas de linguagem, da textualidade e da significação; reconhecendo a heterogeneidade e multiplicidade dos significados; do simbólico como fonte de identidade.

Este artigo insere-se neste contexto de emergência de novos grupos, novas vozes, novas interpretações da história, das relações sociais e do sujeito, com o objetivo de identificar alguns elementos que possam caracterizar o sujeito pós-moderno face às tensões derivadas da modernidade e o sujeito ecológico face à crise ambiental. Recorre a uma abordagem metodológica do tipo exploratória, buscando por meio da pesquisa bibliográfica elementos necessários para responder à seguinte pergunta de partida: quem é esse sujeito pós-moderno?

Na primeira seção do artigo, faz-se uma discussão teórica com autores como Raymond Williams e Stuart Hall, que trazem à tona questões sobre os estudos culturais e suas transformações ao longo do tempo. Na segunda seção, são explicitadas algumas diferenças entre moderno e pós-moderno para autores como Giddens, Touraine e Huysen. A terceira seção apresenta um debate sobre o sujeito na perspectiva de Goffman, Bourdieu, Habermas, Touraine, Adelman, Boaventura de Sousa Santos e Leff. Em seguida, faz-se um esforço teórico para identificar e analisar os elementos constitutivos e constituintes do sujeito pós-moderno, com suas múltiplas faces, rastreando respostas à pergunta de partida.

Nas considerações finais fica demonstrado que, a despeito dos elementos constitutivos e constituintes, o sujeito pós-moderno continua uma incógnita. A pergunta de partida que originou o presente artigo é lançada à frente, à medida que não se sabe ao certo quem é esse sujeito pós-moderno?

O contexto que possibilita o alargamento do conceito de cultura

Williams (s/d), em seu livro *Cultura e Sociedade*, analisa os novos sentidos adquiridos por algumas palavras nas últimas décadas do século XVIII e na primeira metade do século XIX. Afirma ser visível um padrão geral de mudança no uso dessas palavras, como um sistema de referência que permite reexaminar as modificações mais amplas de vida e de pensamento a que correspondem as alterações de linguagem. Esse sistema de referência é delineado por cinco palavras: indústria, democracia, classe, arte e cultura. Neste sentido, “as transformações ocorridas em seu uso (...) põem em evidência a mudança geral das maneiras características de pensar acerca [sic] (...) de nossas instituições sociais, políticas e econômicas; dos propósitos que essas instituições estão destinadas a concretizar; e das relações que essas instituições e propósitos mantêm com as nossas atividades no campo do saber, do ensino e da arte” (Ibid: 15).

A palavra indústria era sinônimo de habilidade, assiduidade, perseverança que, a partir do século XVIII passou a significar também, empresa fabril e produtiva. Por volta de 1776, Indústria, com inicial maiúscula, passou a ser concebida como uma instituição, um conjunto de atividades. Por sua vez, a palavra industrialismo atesta o surgimento de uma série de transformações técnicas de grande alcance e sua influência sobre os métodos de produção.

A palavra democracia, já conhecida por “governo do povo”, deixou de ser simples palavra literária para integrar o vocabulário político.

A palavra classe, antes de 1772 era usada em escolas e universidades para referir-se a uma divisão ou grupo. A partir do fim do século XVIII,

começa a se estabelecer como estrutura de classe, em seu sentido social.

Da mesma forma que a palavra indústria, arte deixa de designar atributo humano (habilidade), para indicar um tipo de instituição; passa a designar um grupo de atividades de certa espécie (artes imaginativas ou criadoras).

Finalmente, o conceito metamorfoseado e de maior interesse para este artigo, é o conceito de cultura que, se inicialmente significava tendência ao crescimento natural, depois passou a ser apreendido como um processo de treinamento humano. No século XIX, a cultura passou a significar “um estado geral de espírito” e, em ato contínuo, a corresponder a um “estado geral de desenvolvimento intelectual no conjunto da sociedade”. Para Williams, a transformação da palavra cultura dá um testemunho de numerosas e importantes reações às alterações nos âmbitos da vida social, econômica e política. Para esse autor, a cultura não foi apenas uma resposta aos novos métodos de produção, à nova indústria (Ibid). Ela também estava associada aos novos tipos de relações pessoais e sociais, além de responder a novos desenvolvimentos políticos e sociais, próprios da democracia emergente. Nesta linha argumentativa, se a “cultura significava um estado ou um hábito mental ou, ainda, um corpo de atividades intelectuais e morais; agora significa também todo um modo de vida” (Ibid: 20).

Assim, fica demonstrado que, historicamente, a palavra cultura assumiu diversas definições, ora como processo (cultivo de vegetais; criação e reprodução de animais; ou ainda, cultivo da mente humana), ora, tal como no final do século XVIII, como um modo de vida global. O termo no plural – culturas – foi empregado na antropologia no século XIX, com especial importância, ainda como modo de vida global e característico (Williams 2000).

Houve grande desenvolvimento no sentido da cultura como cultivo ativo da mente, significados como (a) um estado mental desenvolvido (pessoa de cultura, pessoa culta); (b) os processos desse desenvolvimento (interesses culturais, atividades culturais); (c) os meios desses processos (cultura considerada como artes e trabalho intelectual do homem). Na opinião do autor, este último, é o sentido geral mais comum em nossa época, que indica o modo de vida global de determinado povo ou de algum grupo social (Ibid).

Na segunda metade do século XX, surge uma nova forma de convergência, que encara a cultura como o sistema de significações, mediante o qual “uma dada ordem social é comunicada, reproduzida e estudada” (Ibid: 12). Esse sistema de significações inclui os sentidos antropológico e sociológico de cultura como modo de vida global; o sentido mais especializado de cultura como atividades artísticas e intelectuais, que inclui não apenas as artes e as formas de produção intelectual tradicionais, mas também todas as práticas significativas, desde a linguagem, passando pelas artes e filosofia, até o jornalismo, moda e publicidade. Para Williams (s/d: 305),

“a história da cultura é a história do modo por que reagimos em pensamento e em sentimento à mudança de condições por que passou nossa vida”.

Em uma perspectiva analítica convergente e complementar à de Williams, Hall (2003) afirma que os estudos culturais comportam discursos múltiplos, bem como numerosas histórias distintas podendo compreender um conjunto de formações com as suas diferentes conjunturas e momentos no passado. Entende que sempre existirão discursos na sociedade que são os meios pelos quais os seres humanos conferem sentidos e significados diversos ao mundo em que vivem. Portanto, a mensagem de Hall no que se refere à cultura parece clara, ao afirmar que “não existe um significado fixo único e, conseqüentemente, nunca poderá existir uma leitura fixa, baseada na noção de um conjunto de posições ideais-típicas” (Ibid: 370).

A partir das duas abordagens apresentadas é possível perceber a transição de um conceito mais linear, ensimesmado de cultura, para outro menos linear, como uma constelação de elementos diversos e em expansão contínua em direção ao infinito. Neste particular, um conceito alargado de cultura pode ser apreendido como um ponto de partida para se pensar o sujeito pós-moderno como o sujeito derivado de uma modernidade radicalizada, conforme a expressão de Giddens?

Sujeito radicalizado *versus* sujeito pós-moderno: uma transformação cultural

Em uma perspectiva apoiada em pressupostos eurocêntricos, a modernidade¹, para Giddens (1991), refere-se a um estilo de vida ou organização social que emergiu na Europa a partir do século XVII. Ao declarar o mundo europeu como centro irradiador dos principais processos de transformação, Giddens apresenta a modernidade como um *ethos* capaz de produzir modos de vida totalmente diferenciados dos tipos tradicionais de ordem social. Segundo o autor, as descontinuidades que separam as instituições sociais modernas das tradicionais podem ser caracterizadas: a) pelo ritmo de mudança imposto pela modernidade, por meio da tecnologia, por exemplo; b) pelo escopo da mudança, atingindo toda a superfície da Terra; e c) pela natureza intrínseca das instituições modernas.

Ao se pronunciar acerca das polêmicas envolvendo os pós-modernos, ao contrário do que pensam alguns autores, Giddens acredita que não estamos entrando em um período de pós-modernidade, pois não há ruptura. A rigor, estamos alcançando um período em que as conseqüências da modernidade estão se tornando cada vez mais radicalizadas e universalizadas do que antes. Essa modernidade radicalizada, também chamada por Giddens de modernidade reflexiva, reconstrói-se articulando tradições diferentes. Se a pós-modernidade emerge com pretensões de dar conta de uma realidade social assumida como bem diferenciada: com sociedades urbanas industrializadas; com novos movimentos sociais e políticos em

pauta; com mecanismos de comunicação de massa alterando a cultura e, por sua vez, o sujeito, Giddens não parece se alinhar a este arcabouço teórico. Suas formulações parecem permitir pensar não um sujeito pós-moderno que ultrapassa as fronteiras da cultura moderna de modo a romper abruptamente com a mesma, mas no máximo um sujeito que leva adiante os processos de radicalização da modernidade reflexiva. Neste sentido, no projeto teórico-explicativo de Giddens, o conceito de sujeito pós-moderno não parece poder ser intercambiável com o sujeito radicalizado da modernidade reflexiva.

Em uma perspectiva com tendências a se afastar das formulações de Giddens, é possível identificar a abordagem de Huyssen (1992: 20). Para este autor, o que aparece como última tendência teórico-explicativa do sujeito é parte de uma transformação cultural que emerge lentamente nas sociedades ocidentais, uma mudança da sensibilidade para o qual o termo “pós-modernismo” é inteiramente adequado. O que se percebe na nossa cultura é uma notável mudança nas formações dos níveis de sensibilidade, das práticas e de discurso que torna um conjunto pós-moderno de posições, experiências e propostas distinguíveis do que marcava um período precedente. Nas palavras de Huyssen (1992), conforme o trecho abaixo, o movimento pós-moderno traz uma conotação de oposição e crítica radical ao moderno.

“Foram especialmente as artes plásticas, a literatura, o cinema e a crítica produzidos por mulheres e artistas de minorias, com sua recuperação de tradições enterradas e mutiladas, sua ênfase na exploração, em produções ou experiências estéticas, de formas de subjetividade baseadas em gênero ou raça e sua recusa a ater-se a padrões canonizados que acrescentaram uma dimensão totalmente nova à crítica do alto modernismo e à emergência de formas alternativas de cultura” (Ibid: 46).

Os pós-modernos parecem marcar posições opostas ao que eles caracterizam como a ladainha modernista acerca da morte do sujeito, trabalhando em direção a novas teorias e práticas de sujeitos da fala, da escrita e da ação. A questão da constituição da subjetividade por códigos, textos, imagens e outros artefatos culturais vem sendo cada vez mais levantada como uma questão histórica. Para Huyssen (Ibid: 69), “não é certamente por acidente que as questões sobre subjetividade e autoria têm surgido com grande vigor no texto pós-moderno”. E, exatamente nesse contexto da emergência de novos movimentos sociais, que surgem novos grupos, novas vozes, novos sujeitos, antes excluídos da produção do conhecimento acadêmico e intelectual, conduzindo a novas interpretações da história, das relações sociais e de um outro sujeito que, diferentemente de Giddens, transcende as fronteiras de uma modernidade eurocêntrica. A este processo de ruptura, Huyssen tende a caracterizar como processo de emergência de um sujeito pós-moderno.

Neste sentido, no bojo ou nas fronteiras deste debate entre sujeito radicalizado da modernidade reflexiva e sujeito pós-moderno, tentaremos

identificar como aparecem essas novas personagens ao longo da história.

Pistas para pensar o sujeito ao longo da história. A capacidade adaptativa dos atores

Utilizando-se de uma analogia teatral, o indivíduo, para Goffman, possui dois papéis fundamentais, o de ator e o de personagem. Como ator, o indivíduo é um “atormentado fabricante de impressões envolvido na tarefa demasiado humana de encenar uma representação” e como personagem é um indivíduo “tipicamente admirável, cujo espírito, força e outras excelentes qualidades que a representação tinha por finalidade evocar” (Goffman 2003: 230).

O termo representação refere-se a toda atividade de um indivíduo que se passa num período, diante de um grupo de observadores e que tem sobre estes alguma influência. Durante sua representação o indivíduo emprega uma fachada, distintivos de função ou de categoria, vestuário, sexo, idade e características raciais, altura e aparência; atitudes, padrões de linguagem, expressões faciais, gestos corporais etc, itens que espontaneamente seguem o ator por onde quer que vá. O desempenho de um indivíduo tenderá a incorporar os valores oficialmente reconhecidos pela sociedade e até realmente mais do que o comportamento do indivíduo em si. A socialização, portanto, envolve a aprendizagem pelo indivíduo de um número suficiente de formas de expressão para que seja capaz de preencher e dirigir mais ou menos qualquer papel que provavelmente lhe seja dado.

Para Goffman (2003), diferentes grupos sociais expressam de maneiras diversas os atributos tais como: idade, sexo, jurisdição, posição de classe e que em cada caso esses simples atributos são elaborados por meio de uma configuração cultural complexa distintiva de meios convenientes de conduta. Ser uma determinada espécie de pessoa por conseguinte não consiste meramente em possuir os atributos necessários, mas também em manter os padrões de conduta e aparência que o grupo social do indivíduo associa a ela. Em suma, pode-se inferir que, para Goffman, o sujeito é produto da interação social em um determinado estabelecimento social.

Os processos de reconstituição do *habitus*

Numa outra perspectiva, para Bourdieu (1996: 42), o sujeito emerge em um espaço social ou em um campo de disputas e se traduz em um agente dotado de “senso prático (...), de um sistema adquirido de preferências, de princípios de visão e de divisão (o que comumente chamamos de gosto), de estruturas cognitivas duradouras (que são essencialmente produto da incorporação de estruturas objetivas) e de esquemas de ação que orientam a percepção da situação e a resposta adequada”.

Esse senso prático pode ser denominado também de *habitus*, o que se deve fazer e como fazer em dada situação. Os *habitus* são diferenciados e, também, diferenciadores. Revela não só “o que o operário come, [mas] e sobretudo sua maneira de comer” (Ibid: 22); suas posições políticas e sua maneira de expressá-las diferem sistematicamente do consumo ou das atividades correspondentes da classe de empresários, por exemplo.

As diferenças associadas às posições diferentes, aos bens, às práticas e às maneiras, funcionam, em cada sociedade, como “as diferenças constitutivas de sistemas simbólicos, como o conjunto de fonemas de uma língua ou o conjunto de traços distintivos e separações diferenciais constitutivas de um sistema mítico, isto é, como signos distintivos” (Ibid: 22).

O sujeito, portanto, existe em um espaço como um ponto, um ponto de vista, que difere e é diferente. No entanto, essa diferença só se torna visível se é percebida por um outro, alguém, inscrito nesse espaço, capaz de estabelecer a diferença. Os agentes [sujeitos] ou grupos são distribuídos no espaço social em função de sua posição nas distribuições estatísticas, conforme os dois princípios de diferenciação, o capital econômico e o capital cultural. Em suma, pode-se inferir que, para Bourdieu, o sujeito emerge em um campo de disputas dotado de *habitus* de classe.

Mundo da vida, sistema e sujeito como emancipação

Habermas, por sua vez, propõe que se entenda a sociedade simultaneamente como sistema e como mundo da vida. “Este concepto dual de sociedad se acredita en una teoría de la evolución social, que distingue entre racionalización del mundo de la vida y aumento de complejidad de los sistemas sociales” (Habermas 1988: 168). Entendendo o conceito de mundo da vida como complementar ao de ação comunicativa, o autor preocupa-se em relacionar o mundo da vida a três mundos: objetivo, social e subjetivo.

Nesse sentido, o sujeito relaciona-se com um mundo objetivo (espaço físico, biológico e ambiental); com um mundo social compartilhado por todos os membros de um coletivo (normas, organizações, formas de interação); e com um mundo subjetivo (personalidade, aspecto psicológico). Essas relações ator-mundo aparecem nos tipos puros de ação orientada ao entendimento. Entendimento que significa a obtenção de um acordo entre os participantes na comunicação acerca da validade de uma emissão e, por sua vez, acordo percebido como o reconhecimento intersubjetivo da pretensão de validade que o falante vincula a ela (Ibid).

O mundo da vida aparece como um depósito de autoevidências ou de convicções, as quais os sujeitos participantes da comunicação fazem uso nos processos cooperativos de interpretação. Estes elementos e autoevidências refletem elementos constitutivos do mundo da vida, a linguagem e a cultura. Na prática comunicativa não há situações

desconhecidas e as novas situações emergem a partir de um mundo da vida construído a partir de um acervo cultural de saber que é familiar. Esse acervo cultural é a experiência do sujeito.

A ação, ou a dominação de situações, apresenta-se como um processo recursivo no qual o ator é o iniciador de atos que lhes são imputáveis e produto de tradições em cujo seio vive, de grupos solidários a que pertence e de processo de socialização e aprendizagem a que está sujeito (Ibid: 192). As estruturas simbólicas do mundo da vida se reproduzem pela continuação do saber válido da estabilização da solidariedade dos grupos e da formação dos atores capazes de responder por suas ações. A estes processos de reprodução cultural, integração social e socialização correspondem os componentes estruturais do mundo da vida que são a cultura, a sociedade e a personalidade, respectivamente.

No mundo da vida os processos não se regem por critérios calculativos apenas, mas também e sobretudo por critérios de solidariedade e identidade do indivíduo socializado. Contudo, cumpre ressaltar que nos âmbitos do cotidiano os atores parecem agir no sentido de dominar e controlar determinadas situações. A medida que essas ações se repetem elas produzem uma estrutura de ação, podendo-se afirmar que ocorre uma possível sistematização da ação, ou ainda, uma institucionalização da ação.

Se aceitarmos como verdade o fato de que processos de racionalização tendem a transformar os saberes do cotidiano em saberes científicos por meio de métodos científicos, uma racionalização progressiva do mundo da vida provoca mudanças, conflitos, tensões e possíveis patologias no interior do próprio mundo da vida. Conseqüências como a crise no processo de organização e no processo de solidariedade que podem provocar estremecimentos nos processos formativos e constitutivos das identidades dos atores. Esse movimento se traduz e se materializa em uma expansão do sistema (racionalidade instrumental) em relação ao mundo da vida (racionalidade comunicativa), limitando e condicionando as condições de auto-realização dos seres viventes em sujeitos. Entretanto, parece imperativo ressaltar que este não parece ser um movimento com um único sentido, pois da mesma forma que há uma pressão da racionalização sobre o mundo da vida, há uma pressão inversa, do mundo da vida, da aprendizagem e das possibilidades de reconstituição do sujeito sobre o sistema. De baixo para cima, surge uma pressão adaptativa permanente, tão logo se impõe o novo modo de produção, ao se institucionalizar, por um lado, a circulação e troca territorial de bens e de forças de trabalho e, por outro lado, a empresa capitalista, coagida pela modernização, surge a infra-estrutura de uma sociedade impondo subculturas que exercitem o indivíduo na habilidade de poder, a qualquer momento, passar de uma contextura de interação para o “agir racional-com-respeito-a-fins” [racional] (Habermas 1975: 316).

Essa reação emerge do fato de que os seres viventes estão em constante interação com o ambiente, com o social e com o psicológico. Novas alternativas e novos conhecimentos surgem, acabando por alimentar esses

processos de colonização, mas também de mediação com o mundo da vida. A crise na sociedade moderna pode ser traduzida em um processo de diferenciação de um lado e autonomização do outro nas esferas social, cultural e pessoal, gerando tensão constante. Sendo assim, nas formulações de Habermas, a sociedade moderna não teria outra saída senão instituir alternativas para não permitir que a esfera do sistema domine de forma absoluta os outros âmbitos da sociedade e, com isto, impedindo a submissão dos seres viventes aos processos de objetivação, próprios das lógicas do sistema.

Ao que parece, tal como nas formulações anteriores, para Habermas, o sujeito emerge em um contexto determinado de interação social e socialização. Interage com as esferas ambientais, sociais e psicológicas e transita concomitantemente entre as esferas de poder, características da racionalidade instrumental e da racionalidade comunicativa, entre sistema e mundo da vida.

O lado esperançoso da modernidade: o sujeito reencantado

Se de um lado a modernidade pode continuar sendo definida pela eficácia da racionalidade instrumental, representada pela ciência, pela técnica e pela negação dos espaços de auto-realização do sujeito, por outro, para Touraine (1994), apesar dessa visão racionalista não poder ser rejeitada, ela não dá uma idéia completa da modernidade, pois esconde uma importante faceta, a da emergência do ser humano como liberdade e criação. Para Touraine, a modernidade é constituída pelo diálogo tenso e intenso entre duas figuras, “que se contradizem, mas se complementam”: a racionalização e a subjetivação. O triunfo exclusivo do pensamento instrumental conduz à opressão, assim como, o triunfo do subjetivismo conduz à falsa consciência. Portanto, para Touraine, o pensamento só é moderno quando renuncia à idéia de uma ordem geral, ao mesmo tempo natural e cultural do mundo, quando ela combina determinismo e liberdade, inato e adquirido, natureza e sujeito. O que melhor define a modernidade não é o progresso das técnicas, nem o individualismo crescente dos consumidores, mas a exigência de liberdade e sua defesa contra tudo o que transforma o ser humano em instrumento, um objeto, ou em um absoluto estranho (Touraine 1994: 245).

Neste particular, reivindicar liberdade e rejeitar todas as formas de instrumentalização da condição humana, parece ser os requisitos fundamentais para Touraine explicitar suas formulações acerca dos processos de reencantamento do sujeito. A partir destes requisitos, ele estabelece, ao mesmo tempo, uma relação de complementaridade e de oposição com a racionalização. “É até o triunfo da ação instrumental, pelo fato de desencantar o mundo, que torna possível o aparecimento do sujeito (...). É no momento em que o mundo perde seu sentido que pode começar o reencantamento do sujeito” (ibid: 242). Sua idéia de reencantamento está

associada à idéia de que “o sujeito é a vontade de um indivíduo de agir e de ser reconhecido como ator” (Ibid: 220). Como Touraine vincula os três termos, indivíduo, sujeito e ator em uma formulação teórica única, sente-se compelido a qualificar os referidos termos a partir da relação de uns com os outros. Assim, para ele, o indivíduo é apreendido como a unidade particular na qual se misturam a vida e o pensamento, a experiência e a consciência, ao passo que o ator “não é aquele que age em conformidade com o lugar que ocupa na organização social, mas aquele que modifica o meio ambiente material e sobretudo social no qual está colocado, modificando a divisão do trabalho, as formas de decisão, as relações de dominação e as orientações culturais” (Ibid: 220).

Dando continuidade à qualificação dos termos, a subjetivação, conforme definida por Touraine, é a penetração do Sujeito no indivíduo e, portanto, a transformação parcial do indivíduo em Sujeito. Ela aparece como o oposto da submissão do indivíduo a valores transcendentais: o homem à imagem de Deus. O Sujeito não pode ser responsável por uma reunificação dos elementos fragmentados da modernidade como a vida, a nação, o consumo e a empresa, mas pode representar o elemento que os liga entre si, tecendo de um a outro uma malha de relações de complementaridade e de oposição (Ibid: 232).

O movimento cultural mais importante em nome da modernidade, na visão de Touraine, é o movimento das mulheres que reivindica o reconhecimento do desejo delas e também de sua identidade biocultural. Neste movimento há dois momentos diferentes, o do feminismo, que se inscreve no interior do movimento cultural dominante, identificando a modernidade com a racionalização; e o movimento das mulheres que luta pela subjetivação contra a racionalização (Ibid: 235).

A idéia de Sujeito destaca a negação de qualquer retorno a uma visão dualista do ser humano em relação à sociedade, à medida que rompe com o “orgulho de uma razão que julgava necessário destruir sentimentos e crenças, pertencas coletivas e história individual” (Ibid: 242). Para Touraine, o sujeito representa a construção do indivíduo como ator, sendo impossível separar o indivíduo da sua situação social. Portanto, o sujeito só existe como movimento social, como contestação lógica da ordem, como projeto a ser construído coletivamente. É nesta perspectiva que o sujeito se define por alguém que reage – contesta (Ibid: 257) – a qualquer forma de controle. Esse não é só o Sujeito individualizado e nem só o racionalizado, é o ator que articula ambas as dimensões para se constituir como Sujeito.

Quando Touraine assinala um sujeito contestador, que não se define apenas nas relações sociais, mas também por uma diversidade cultural, está apontando para a pós-modernidade, uma forma extrema de decomposição do modelo racionalizador da modernidade? Ou está se reconciliando com a noção de um sujeito radicalizado pela modernidade reflexiva proposta por Giddens?

A face feminina do sujeito

Conforme Adelman (2004), na metade do século XX e, particularmente, a partir da década de 1960, a teoria social ocidental passou por uma série de questionamentos e revisões. A emergência de novos movimentos sociais permitiu que certos grupos, antes excluídos da produção do conhecimento científico, fossem ouvidos. Um dos movimentos sociais e culturais mais importantes, segundo a autora, foi o movimento feminista que proporcionou, dentro e fora da academia, novas interpretações da história e da sociedade, a partir das experiências das mulheres e de sua problematização, chamada posteriormente de “relações de gênero” (Ibid).

Nas formulações de Adelman, o sujeito “moderno e racional” privilegiado na teoria política e social clássica, que se destaca nesses discursos por sua capacidade ou ação nas esferas do trabalho e da política, é identificado como um homem “chefe de família”, dedicado ao trabalho “produtivo” que exprime o caráter essencial das relações de trabalho e da produção no capitalismo industrial (Ibid: 156). Por sua vez, a atividade da mulher no trabalho doméstico ou em funções remuneradas, concentrada nos “serviços”, foi por muito tempo marginalizada pela teoria econômica e social até ser resgatada pela crítica feminista. Neste sentido, a teoria feminista inicia um processo de construção de uma epistemologia da alteridade, tomando como ponto de partida o resgate das experiências que se tornaram invisíveis, silenciadas ou construídas como um Outro na modernidade ocidental (Ibid: 168).

Para esta epistemologia feminista contemporânea, a posição de sujeito é sempre uma posição complexa e com centralidade no aspecto de gênero. Nas palavras da autora (Ibid: 76), “o espaço feminino e das experiências femininas plurais podem e devem servir como um caminho de acesso às alteridades silenciadas ou marginalizadas”. A autora afirma que o trabalho de Freud, de Foucault e das teóricas feministas demonstram que “a sexualidade, sendo uma categoria fundamental da cultura da modernidade, faz contraponto com muitos aspectos convencionalmente ressaltados como determinantes do comportamento da cultura desta época histórica (Ibid: 160). O terreno da sexualidade, no qual o desejo, o prazer corporal e a fantasia são aspectos centrais, é uma das principais arenas onde se constroem o eu, a subjetividade, as identidades”.

Em suma, talvez seja possível inferir que das experiências historicamente diferentes das mulheres, emergem sujeitos que agem a partir da razão e também do afeto, a partir do desejo próprio e da relação com o outro, da autonomia e da interdependência. Será que este conjunto complementar de elementos que compõe a face feminina do sujeito tende a ser deixada de lado pelos principais teóricos da modernidade?

A face ecológica do sujeito?

Se a face feminina do sujeito, a despeito dos obstáculos impostos pela modernidade, consegue se impor e conquistar seus espaços, a face ecológica deste sujeito também se impõe no cenário contemporâneo como vetor de resistência às lógicas hegemônicas de crescimento e de consumo exacerbado derivadas da economia capitalista. A face ecológica do sujeito pode ser apreendida a partir de dois movimentos complementares: o de denúncia da crise socioambiental e o de anúncio de racionalidades alternativas (Sousa Santos 2005; Leff 2006), capazes de fundar padrões sociais mais incluídos e emancipatórios. A face ecológica do sujeito emerge como um manifesto contra o otimismo produzido pelas promessas não cumpridas pela sociedade industrial, no que se refere ao bem-estar material para todos. Em lugar deste último, os alertas proferidos pelo sujeito ecológico indicam os limites desse modelo societal orientado para a conquista e, por consequência, para a destruição rápida dos recursos naturais.

O novo sujeito, quem é ele?

Uma das questões que emerge após estas incursões em algumas formulações acerca do sujeito é, pois, quem é esse novo sujeito?² Quais são seus elementos constituintes e constitutivos? Primeiramente, é possível perceber na discussão acima que os autores não descrevem um sujeito propriamente pós-moderno, mas um sujeito que se não transcende o moderno, parece estar na fronteira entre o moderno e o que é chamado de pós-moderno. Na tentativa de identificar elementos de aproximação entre as abordagens, no presente debate parece oportuno definir provisoriamente a pós-modernidade não como uma ruptura em relação ao moderno, mas como um processo de transformação ou, ainda, como aponta Giddens, como um período de radicalização da modernidade, chamado de modernidade reflexiva, um momento em que há uma reconstrução, articulando tradições culturais diferentes, pontos de vista diferenciados.

Na busca pelos elementos constitutivos e constituintes desse sujeito fronteiriço, foi possível elaborar um quadro com as características do sujeito, na visão dos autores estudados (ver Quadro 1). A partir desse quadro parece possível inferir que esse novo sujeito não é tão ingênuo face à idéia linear de progresso, ele parece estar atento a uma noção não-linear de progresso. Percebe-se isso na afirmação de Hall sobre o fato dos estudos culturais comportarem discursos múltiplos, bem como numerosas histórias distintas, podendo assim, compreender um conjunto de formações com as suas diferentes conjunturas e momentos no passado. Não se concebe um sujeito acrítico, é preciso que esse sujeito, tal como sugere Touraine, questione, conteste e reveja posições, com vistas à afirmação de sua identidade.

Quadro 1 – Características do sujeito para os autores estudados

Autores	Características do sujeito
Goffman	a) emerge como produto da interação social em um determinado estabelecimento social; b) precisa manter padrões de conduta e aparência que o grupo social associa a ele; c) possui fachada de ator; d) incorpora valores oficialmente reconhecidos pela sociedade.
Bourdieu	a) emerge em um campo de disputas dotado de <i>habitus</i> de classe; b) existe, se torna visível, se é percebido pelo outro, inscrito no mesmo espaço; c) dotado de senso prático, sistema de referências (gostos).
Habermas	a) emerge como produto da interação social e socialização; b) interage com esferas ambientais, sociais e psicológicas; c) transita entre as esferas de poder características da racionalidade instrumental e comunicativa.
Touraine	a) é aquele que reage, contesta qualquer forma de controle; b) não é só individualizado e nem só racionalizado, é o ator que articula ambas as dimensões para se construir como sujeito; c) impossível separar indivíduo da sua situação social; d) só existe como movimento social, como contestação lógica da ordem; e) retorno a uma visão dualista (razão e sentimento).
Adelman	a) age a partir da razão e do afeto; b) age a partir do desejo próprio e da relação com o outro, da autonomia e da interdependência; c) privilegia uma epistemologia da alteridade.
Leff e Sousa Santos	a) age a partir do afeto para denunciar a crise socioambiental, mas também da razão para anunciar padrões societários mais emancipatórios e menos abusivos em termos socioambientais.

Assim como Habermas e Touraine, Huysen percebe na cultura uma notável mudança nas formações de sensibilidade, das práticas e do discurso. O sujeito transita entre as esferas de poder da racionalidade instrumental e da racionalidade subjetiva, retornando a uma visão dualista da realidade (razão e afetividade). Isso forma o que Huysen chama de um conjunto pós-moderno de posições, experiências e propostas distinguíveis do que marcava um período precedente.

Na mesma linha de raciocínio, Adelman (2004) explicita a emergência de novos movimentos sociais permitindo que certos grupos, antes excluídos da produção do conhecimento científico, fossem ouvidos. Um exemplo importante é o do movimento feminista que proporcionou, dentro e fora da academia, novas interpretações da história e da sociedade, produzindo uma epistemologia da alteridade, o resgate das experiências que antes eram negligenciadas pelos estudos culturais. Isso reforça a posição de um sujeito inserido num contexto com outros níveis de complexidade.

Esse sujeito fronteiriço inscreve-se no contexto atual, tal como exposto no quadro 2, via contestação; afirmação da identidade; abertura às diferenças étnicas e de gênero; via razão e afetividade simultaneamente.

Quadro 2 – Elementos constitutivos e constituintes do sujeito fronteiriço

Matriz	Elementos constitutivos e constituintes	Como esse sujeito fronteiriço se inscreve nesse contexto?
a) Autonomia do discurso	- dispensa do empírico	Via contestação; Via afirmação da identidade; Via abertura às diferenças étnicas e de gênero; Via razão e afetividade simultaneamente.
b) epistemologia da alteridade	- ênfase em novas matrizes culturais; - respeito pelas diferenças culturais;	
c) radicalização da subjetividade	- interesse em saber de onde vem a crítica ou posicionamento	
d) idéia não-linear de progresso	- atenção a uma noção complexa de progresso	

Considerações Finais

Na perspectiva das matrizes teóricas abordadas, identificam-se outros níveis de complexidade no entendimento do sujeito. Algumas matrizes avançam seus estudos sobre o sujeito incluindo, na análise, não só categorias atribuídas ao sexo masculino, mas também variáveis como gênero, etnias, afetividade etc.

Os autores estudados não descrevem um sujeito propriamente pós-moderno, mas um sujeito que transcende ao moderno ou que está na fronteira entre o moderno e o que é chamado de pós-moderno. Pode-se inferir que esse novo sujeito não é tão ingênuo face à idéia linear de progresso, ele parece estar atento a uma noção complexa de progresso. Sendo assim, esse sujeito emerge da interação social, incorpora valores reconhecidos pela sociedade e se mantém atualizado nos padrões de conduta necessários para ser reconhecido pelo outro, um “outro” inscrito no mesmo espaço social. Essa interação amplia-se às esferas ambientais, sociais e psicológicas promovendo uma articulação entre duas dimensões: a razão e a afetividade. O sujeito fronteiro transita entre duas esferas do poder, de um lado, a racionalidade instrumental e, de outro, a racionalidade subjetiva.

Sendo assim, a despeito da ampliação das formas de produção de conhecimento sobre o sujeito, a pergunta de partida que deu coerência e sentido ao presente artigo, além de permanecer atual, pois ainda não sabemos ao certo quem é esse sujeito pós-moderno, abre espaços para novas perguntas envolvendo as condições de emergência do sujeito. A noção de sujeito pós-moderno ou fronteiro continua refém de um pressuposto eurocêntrico da modernidade (Giddens 1991; Touraine 1994; Habermas 1988) ou permite reivindicar concepções múltiplas com potencialidades para alargar formas variadas e não-lineares de compreensão não de uma modernidade, mas das modernidades (Quijano 2005; Lander 2005; Dussel 2005; Mignolo 2005; Coronil 2005; Segreña 2005; Sousa Santos 2005; Leff 2006)?

Notas

¹ Numa perspectiva não muito distante, mas diferente da de Giddens, pode-se afirmar que a modernidade é a “antitradição, a derrubada das convenções, dos costumes e das crenças, a saída dos particularismos e a entrada do universalismo, ou ainda, a saída do estado natural e a entrada da idade da razão” (Touraine 1994: 216).

² Novo aqui entendido como afirma Adelman (2004: 64), “no sentido de voz, de articulação, de conquista de legitimidade no uso da palavra e do ato”.

Bibliografia

Adelman, M. (2004), *A voz e a escuta: encontros e desencontros entre a teoria feminista e a sociologia contemporânea*. Tese de Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, Brasil.

Bourdieu, P. (1996), *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. 6. ed. São Paulo: Papirus.

Coronil, F. (2005), “Natureza do pós-colonialismo: do eurocentrismo ao globocentrismo”. In: Lander, E. (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais; perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO, p.105-132.

Dussel, E. (2005), “Europa, modernidade e eurocentrismo”. In: Lander, E. (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais; perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO, p.55-70.

Giddens, A. (1991), *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: UNESP.

Goffman, E. (2003). *A representação do eu na vida cotidiana*. 11. ed. Petrópolis – Rio de Janeiro: Vozes.

Habermans, J. (1975), “Técnica e ciência como ideologia”. In: *Os pensadores*. São Paulo: Abril Cultural.

Idem (1988). *Teoria de la Accion Comunicativa*: tomo II, crítica de la razón funcionalista. Madri: Taurus.

Hall, S. (2003), *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora da UFMG.

Huysen, A. (1992), “Mapeando o pós-moderno”. In: Hollanda, H. B. de (Org.). *Pós-Modernismo e Política*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

Lander, E. (2005), “Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêtricos”. In: Idem (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais; perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO, p.21-54.

Leff, E. (2006), *Racionalidade Ambiental: a reapropriação social da natureza*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Mignolo, W. D (2005), “A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade”. In: Lander, E. (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais; perspectivas*

latino-americanas. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO, p.71-104.

Quijano, A. (2005), “Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina”. In: Lander, E. (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais; perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO, p.227-278.

Segrera, F. L. (2005), “Abrir, “impensar” e redimensionar as ciências sociais na América Latina e Caribe: é possível uma ciência social não eurocêntrica em nossa região?” In: Lander, E. (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais; perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO, p.203-226.

Sousa Santos, B. (2005) (Org.), *Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Touraine, A. (1994), *Crítica da modernidade*. 7.ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes.

Williams, R. (s/d), *Cultura e sociedade: 1780-1950*. São Paulo: Companhia Editora Nacional. v. 1, p. 15-21; 305-345. (Coleção Cultura, Sociedade, Educação).

Williams, R.(2000), *Cultura*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra.

* * *

Recibido: 06.06.2010

Acceptedo: 17.11.2010